

## A SEMANA DE ARTE MODERNA: A LITERATURA BRASILEIRA E OS GRUPOS DE PODER DA ÉPOCA

### THE MODERN ART WEEK: BRAZILIAN LITERATURE AND THE POWER GROUPS OF THE TIME

Aparecida Regina Borges Sellan (PUC-SP)<sup>1</sup>  
Regina Célia Pagliuchi da Silveira (PUC-SP)<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo tem por tema as propostas da Semana de Arte Moderna na caracterização de critérios para determinar as condições de produções artísticas e culturais, no Brasil, especialmente para a literatura. Objetiva analisar o contexto geral da época responsável por situar um conceito nacionalista de brasilidade, o qual define o que é considerado, ou não, de prestígio pelas classes críticas; objetiva, ainda, verificar a razão pela qual obras, ainda que com temas nacionalistas como *Éramos Seis*, da Senhora Leandro Dupré, não figuram entre as obras de prestígio do Modernismo. Fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso, com vertente sociocognitiva, que analisa, com visão crítica, o discurso considerado interação social, pelas categorias contextuais Poder, Controle e Acesso. Para tanto, apresenta o contexto global da Semana de Arte Moderna e os Modernistas, a concepção de Literatura e sua relação com as instituições sociais, o contexto global do discurso da literatura situando o romance *Éramos Seis*.

**Palavras-chave:** Semana de Arte Moderna. Literatura Modernista. Discurso. Poder.

#### Abstract

This paper has as its theme the reflection of the proposals of Modern Art Week in the characterization of standards to determine the conditions of the artistic productions, in Brazil, specifically for Literature. It aims analysis the general context responsible for identify the brazilianity concept, that determines whether is considered or not prestige from the critical class; the reason why the pieces/design, yet with nationalists theme like *Éramos Seis* by Mrs. Leandro Dupré, doesn't feature within prestige pieces. It's based on Critical Discourse Analysis, social cognitive strand, which analysis, with critical vision the social interaction discourse considered by Power, Control and Access contextual categories. It presents the global context of Modern Art Week and Modernists, the Literature conception and the relation with social institutions, the global context of Literature discourse considering the *Éramos Seis* novel.

**Keywords:** Modern Art Week. Modernist Literature. Discourse. Power.

#### Apresentação

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico: borges@uol.com.br

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: regcpf@osite.com.br

O movimento modernista brasileiro é frequentemente vinculado ao grande legado da Semana de Arte Moderna ocorrida em fevereiro de 1922. Entretanto, essa data é mais que um simples marco, se considerarmos os vínculos revolucionários estabelecidos com diferentes ordens, não só com a estética, mais ainda com a política, iniciada com movimentos que envolvem forças revoltosas que buscam romper com velhas ordens e estabelecer novas perspectivas para os meios intelectual e artístico, político e econômico (COUTINHO, 1990).

Nesse sentido, a Semana de Arte Moderna se apresenta não apenas como um movimento artístico, mas também como um movimento político e social que, um século atrás, pretendeu ressaltar a cultura e a realidade brasileiras em busca da construção de uma consciência nacional genuína, ainda que emparelhada com as vanguardas europeias.

Essa será a grande orientação da Semana para seus adeptos e seguidores: um movimento instaurador de um espírito envolventemente nacionalista difundido para todas as áreas. Entretanto, embora o esteio das propostas da Semana seja o “espírito nacionalista”, resta uma indagação sobre como autores reconhecidamente nacionalistas, por tratarem de questões nacionais, como a realidade vivida pelo povo brasileiro, Monteiro Lobato e Senhora Leandro Dupré, por exemplo, não figuram no rol dos autores consagrados modernistas?

Este estudo fundamenta-se na vertente analítica sociocognitiva da análise crítica do discurso, na qual o discurso é considerado uma prática de interação social (VAN DIJK, 2000). Tal vertente analisa o discurso com visão crítica, em busca tanto das estruturas do discurso (micro, macro e superestrutura) quanto dos aspectos da fala (o que o texto traz representado em língua), inter-relacionando Discurso, Sociedade e Cognição. Privilegia tanto discursos institucionais, quanto eventos discursivos particulares, visando compreender como ocorre o controle das mentes, pelos discursos públicos, devido às categorias contextuais: Poder, Controle e Acesso, que definem os contextos dos discursos públicos.

### **O discurso e a Análise Crítica do Discurso**

Ao se considerar que o discurso é ação e interação, faz-se necessário detalhar sob quais condições ele o é e que tipos, níveis ou teorias de ação estão envolvidos nessa compreensão. Ao se considerar que o contexto orienta as estruturas do texto e da enunciação, na produção discursiva, é necessário explicar como o Contexto é estruturado e de que forma essas estruturas são capazes de afetar o discurso. Contudo, ainda não se faz suficiente.

Por essa razão, no momento, a vertente sociocognitiva que analisa o discurso, com visão crítica, busca entender o conceito de Poder, bem como o seu papel, no âmbito do discurso, para a produção e reprodução de diferenças sociais e tem considerado que uma análise mais detalhada do que seja o Poder implica a distinção entre tipos de Poder, envolvidos na produção discursiva, e como o Poder é exercido, expresso ou reproduzido no texto e na enunciação. O mesmo ocorre com as estruturas sociocognitivas do Poder, como a ideologia, que, para a investigação, exige que sejam tomadas por base as representações mentais sociais, partilhadas por grupos sociais em conflito. No caso deste estudo, os grupos sociais em conflito são aqueles idealizadores da Semana de Arte Moderna, os que se enquadram e assimilam suas propostas e aqueles que, por alguma razão, são excluídos devido a suas representações mentais divergentes.

Fairclough e Wodak (2000) postulam que o sucesso discursivo decorre de uma relação dialética entre eventos discursivos particulares e situações discursivas institucionais. Por tal relação, os eventos discursivos particulares realimentam a prática social do discurso e esta realimenta os eventos discursivos particulares. Logo, trata-se de uma interação do individual com o social. Uma outra maneira de se expressar o fenômeno da interação social é considerar que o social molda o discurso, mas este, por sua vez, constitui o social: constitui as situações, os objetos de conhecimento, a identidade social das pessoas e as relações destas e dos grupos sociais entre si. Trata-se, portanto, de entender que, pela interação social, o discurso contribui para sustentar e reproduzir o *status quo*, ao mesmo tempo em que o particular contribui para transformá-lo (SELLAN, 2001).

Os discursos institucionais, de modo geral, são hierarquicamente definidos por participantes, ações, lugares e tempo. Essas categorias são ordenadas por uma hierarquia categorial, tais como Poder, Controle, Acesso.

A categoria Poder é a mais hierárquica na estrutura de funções que os papéis têm no contexto global. Essa categoria, semanticamente, pode ser definida a partir de cada sistema institucional e social; nesse sentido, o Poder compreende, por exemplo: o Poder de dar emprego/desempregar, o Poder de criar produtos/vendê-los, o Poder de estabelecer leis/executá-las, o Poder de estabelecer o que é aceitável/inaceitável nas artes. No que se refere às ideias, o Poder tem base ideológica e estrutura-se a partir de propósitos, interesses e objetivos, tornando-os comuns a um grupo social e/ou a diferentes grupos sociais.

O Poder interage com a categoria Controle que é definida por um outro conjunto de participantes que são guiados pelo Poder. Semanticamente, o Controle se define pela seleção e configuração simbólica de informações segundo a ideologia do Poder. O Acesso é definido como veículo que leva a informação ao auditório. Esse veículo interaciona-se com o Controle, tornando-se o produto produzido pelo Poder em que as informações já foram selecionadas e configuradas, na medida em que representar o mundo em língua não é um ato ingênuo, mas altamente ideológico e subjetivo. O Acesso relaciona-se ao Poder e respectivamente ao Controle, na medida em que só o Poder tem acesso ao auditório.

Além dos discursos institucionais, há eventos discursivos particulares, como as conversas cotidianas, a narração de histórias, as brincadeiras e muitas outras formas populares do discurso. Os eventos discursivos particulares instauram-se em alteridade com discursos institucionais e, portanto, diferem destes devido a uma interação simbólica que se constrói por formas de falas e textos diferentes. Pela visão interacionista, o contexto apresenta-se em uma dialética com eventos discursivos particulares.

O contexto local é diferente do contexto global, porque é nele que os atores interpretam seus papéis, dependendo da contemporaneidade da situação discursiva. Cada contexto local, portanto, tem uma origem própria que é sua contemporaneidade, mas este contexto está sempre imerso em uma ordem ou

situação social global, ou seja, uma dialética constante de interação de papéis. Consequentemente cada contexto local é relevante para o discurso, na medida em que interage para definir o contexto global.

Nesse sentido, pode-se compreender a contemporaneidade da Semana de Arte Moderna como responsável por instaurar, no contexto local, os reflexos de um contexto global que ditou as regras orientadoras do comportamento geral da intelectualidade do momento tendo por suporte um ideal nacionalista de uma brasilidade oposta aos antecessores.

### **A literatura e as instituições sociais**

Wellek e Warren (s.d., p.113) consideram a literatura uma instituição social que utiliza, como meio de expressão específico, a linguagem – que é também criação social. Para os autores, a literatura representa a vida: e a vida é, em larga medida, uma realidade social, não obstante o mundo da natureza e o mundo interior ou subjetivo do indivíduo terem sido, também, objeto de imitação.

Nessa linha de raciocínio, pode-se considerar que a literatura tem surgido em estreita conexão com dadas instituições sociais. Pode-se, ainda, considerar sua função social – ou utilidade – que não pode ser puramente individual, pois parte das questões suscitadas pelo estudo da Literatura são, ainda que implicitamente, questões sociais, relativas à tradição e à convenção, às normas e aos gêneros, aos símbolos e aos mitos. De acordo com Bakhtin (1978), o estatuto social da literatura se define pelo caráter de sua prática; tem espaço na sociedade pela conformação discursiva das ideologias.

A literatura pode ser compreendida como trabalho e, desse modo, faz uma transformação da realidade: transformação da História. A História é um processo unitário, um devir, um pôr-se, um produzir-se e reproduzir-se, implicando, cada vez mais, a tomada de consciência, pelo homem, de si mesmo como ser social (ROGEL, 1985, p.10). Ao interferir diretamente nas consciências, a literatura se constitui como ação, no sentido de humanizar o próprio homem, produzindo um maior intercâmbio de formação de conceitos no texto interno do leitor.

Rogel postula, também, que a literatura é elemento de cultura e um reduto de luta a protestar contra a utilização instrumental do homem, pela técnica e pela

“percepção da alma por si mesma e em si mesma” (p.10). Representa, pois, o espírito para o espírito, representando o interior e a exterioridade que sempre revela a interioridade do humano.

Desse modo, a missão da literatura como fato cultural é evocar a potência do espírito, ou seja, tudo aquilo que nas paixões e nos sentimentos humanos nos estimula, nos comove. Esses estímulos estão a serviço da transformação da sociedade. É a emoção, a subjetividade, o principal motor de transformação social. Os estímulos artísticos estão a serviço do homem, pois o discurso literário, como toda arte, é uma ação política.

Sanches (1992) considera que a literatura se define em termos do que algum grupo social ou alguma instituição chama e usa como literatura, ou seja, o que é determinado pelo metadiscurso das classes críticas. Não há marcas dos discursos literários que não podem aparecer também em outros tipos de discursos; são os fatores históricos e ideológicos responsáveis por determinar a aceitação e os limites do literário. Sem dúvida, há uma tendência a considerar certas classes de textos como particularmente marcadas com função literária, assim sendo, os gêneros, como sistemas de classificação, contribuem para deslindar, incorporar ou rejeitar textos. Por essa razão, o uso de formas pouco prestigiosas, não literárias, apagam os limites e põem em crise as concepções aceitas

### **A Semana de Arte Moderna e os modernistas**

Um dos grandes pensamentos que alimentaram a Semana de Arte Moderna pode ser extraído de Coutinho (1990) ao referir-se à chegada do século XX como o momento de “fazer o Brasil dentro do Brasil” e, assim, “espalhar a convicção de que o Brasil pode ser vivido intelectualmente e, com matéria prima que oferece, recriado artisticamente”, em todas as áreas (p. 236). Para justificar essa assertiva, exalta os esforços de Villa-Lobos, Portinari, Pancetti, Monteiro Lobato, Jorge Amado, José Lins do Rego, Mario de Andrade, Manuel Bandeira, ou, no passado, Gonçalves Dias, José de Alencar, Castro Alves, Machado de Assis, Cruz e Sousa, Alberto de Oliveira (COUTINHO, 1990).

Nesse sentido, durante o Modernismo, o assunto predominante deverá voltar-se para flashes do cotidiano, o que é considerado sua inovação e riqueza.

Entram para a literatura o prosaico e o popular, o cotidiano do burguês e das cidades, o instantâneo da cidade do interior e dos sentimentos simples; eliminam-se os temas “eternos”: a Morte, a Vida, Deus, o Bem. Como exemplo, podemos citar Mario de Andrade, para quem o “próprio assunto é secundário, o primordial é a forma, o artesanato” (COSTA et al., 1982, p. 33). Talvez aqui esteja a razão pela qual escritores como Senhora Leandro Dupré e Monteiro Lobato tenham sido preteridos na designação de modernistas, pois o tema fulcral de suas obras versava sobre a vida cotidiana real do brasileiro interiorano e mesmo da cidade, fugindo do prosaico, vivendo a realidade das consequências da falta de políticas sociais que atendessem o homem rural e que tratassem da realidade das pessoas tendo como pano de fundo o período entre revoluções – Revolução de 30 e Revolução de 32 – que marcaram especialmente o Estado de São Paulo.

De acordo com Faraco e Moura (1988, p. 186):

os modernistas pretendiam renovar o Brasil, proceder a uma análise crítica profunda das estruturas envelhecidas, livrá-lo das importações artísticas que não se adequavam mais à nossa realidade. Se aceitaram a linguagem dos vanguardistas europeus, foi para sintonizar o país com o resto do mundo, buscando, ao mesmo tempo, um código artístico que fosse novo e marcadamente brasileiro.

Em síntese, ainda que não estivesse tão explícito, o movimento revolucionário artístico que sustentou a projeção da Semana de Arte Moderna teve por propósito a busca de nacionalizar as artes, especificamente a literatura, isto é, apreender e assimilar as peculiaridades de situações socio-histórico-geográficas sem perder os vínculos com a cultura clássica (COUTINHO, 1990, p. 236).

Nesse sentido, como situar o romance *Éramos Seis*, escrito pela Senhora Leandro Dupré, publicado em 1943, cujo tema focaliza exatamente os reflexos de acontecimentos reais? No contexto internacional, a Primeira Guerra Mundial passando pela Segunda Guerra Mundial; no contexto nacional, todo o período do Estado Novo, com a gripe espanhola, em 1918, a Revolução Paulista de 1924 e a Revolução Constitucionalista de 1932. Esses acontecimentos marcam um período de grandes transformações sociais e políticas da sociedade paulista, cujos reflexos são registrados nas ações dos personagens que muito bem se remetem a mundos possíveis representados pela ficção. Trata-se de uma narrativa em primeira pessoa,

protagonizada por uma mãe – Dona Lola – que enfrenta todas as adversidades de um período conturbado, tendo as cidades de São Paulo e de Itapetininga como cenários.

### **O contexto global do discurso da literatura**

Para delimitar o contexto global do discurso da literário, deve-se considerar, conforme Maingueneau (1996), que há um metadiscurso estabelecido pelas classes críticas compostas por literatos consagrados, críticos literários e as Academias, por exemplo, que definem o que deve ou não ser considerados de prestígio. Tais classes críticas são representadas pela categoria Poder.

No momento da produção do romance *Éramos Seis*, o Poder das classes críticas é representado pelos participantes da Semana de Arte Moderna e seus adeptos. O Controle são as regras estabelecidas por esses participantes para determinar o critério de aceitação e divulgação das obras. O Acesso é feito pelo que as editoras selecionam, publicam e fazem veicular para o público de modo geral.

Em relação ao Controle, com a Semana de Arte Moderna, há uma prescrição tanto da área temática para a produção como do uso da língua. As áreas temáticas estão ligadas a ideologias nacionalistas, na busca consciente e sistemática de pensar a brasilidade, de refletir sobre a realidade brasileira. Essas temáticas privilegiam os regionalismos, na franca intenção de construir um painel com valores nacionais, em oposição ao contexto europeu-francês, por exemplo. Porém, esse conceito de regionalismo parece não abarcar regiões urbanas mais centrais, econômica e politicamente mais promissoras em razão do processo de industrialização, como é o caso de São Paulo, cenário da narrativa de *Éramos Seis*.

Escritores como Mario de Andrade e Oswald de Andrade, ligados às propostas dos grupos da Antropofagia e do Verde-amarelismo, esforçaram-se por desenvolver temas referentes à noção de nacionalismo, ou pela experimentação da linguagem, ou pela valorização da memória nacional, ou no estudo das raízes étnicas e culturais. Segundo Costa, era a busca de uma “entidade nacional”, ou mesmo de uma “consciência nacional” (COSTA et al., 1982, p. 19). A consciência nacional proposta, especificamente, por Mário de Andrade estaria: no povo,



enquanto coletividade; no experimentalismo, apoiado nos fatos e na realidade; no conhecimento (ou descobrimento) de uma tradição não intelectualizada; na revelação dos escritores nacionais.

Desse modo, justifica-se o estranhamento quanto ao fato de escritores como a Senhora Leandro Dupré e Monteiro Lobato, entre outros, não serem considerados literatos de prestígio. Essa afirmação se justifica, uma vez que suas obras não são encontradas nas indicações para vestibulares e concursos públicos como leituras representativas.

A senhora Leandro Dupré tange as regras nacionalistas estabelecidas pelo Controle, ao situar o romance *Éramos Seis* no contexto urbano paulista, com foco em pessoas comuns do povo, tendo como panorama histórico a Revolução de 1932. Do mesmo modo, Monteiro Lobato que, apoiado nos fatos e na realidade, ocupava-se de temas não contemporâneos, privilegiando as oligarquias, em geral, dos paulistas ligados à cafeicultura.

De acordo com a pesquisa realizada, não há uma crítica literária específica a respeito da Senhora Leandro Dupré, e este estudo teve por intenção rever a posição da crítica. A única referência encontrada sobre a autora está em Lima (1965, p. 491):

(...) além dos ficcionistas já referidos, pode-se alinhar diversos nomes de cultores do romance e do conto durante o Modernismo. Muitos dos quais podem ser apresentados em outros gêneros, por critério meramente didático, outros serão apenas motivo de citação. Entre os amis antigos ou mais recentes (...) Sra. Leandro Dupré (Maria José Fleury Monteiro Dupré), Mario de Andrade, Josué Montello, Adonias Filho, Maria de Lurdes Teixeira, Dalcídio Jurandir, Ascendino Leite, Heriberto Sales, João Mohana, Clarice Lispector, Homero Homem, Permínio Ásfora, Miécio Tati, Fausto Cunha, Darcy Azambuja, Ribeiro Couto, Afonso Schmidt, Oto Lara Resende, Valdomiro Autran Dourado, Paulo Novaes, Joel Silveira, Breno Acioli, Moreira Campos, Saladanha Coelho, Renar Quintas Perez.

Em relação ao contexto local, o romance *Éramos Seis* apresenta intertextos com a Revolução de 1932, para a construção da representação em língua das crenças genéricas e específicas dos paulistas. Já o contexto global é representado pela estrutura social da economia urbana paulista, considerada o esteio econômico do país.

Ao se confrontar o discurso da História com o da Literatura, observa-se que a História trata, por suas ações, de personagens de relevo no cenário político e econômico das elites; a Literatura trata do cotidiano, com ênfase na vida das pessoas comuns da cidade de São Paulo. No entanto, essas pessoas comuns são movidas, em suas atitudes e ações, tanto pelo panorama internacional quanto nacional e local, em São Paulo. O contexto global é representado pelos papéis dos personagens em suas funções sociais. Tais funções indicam que, ao lado das oligarquias rurais, há, também, as urbanas.

Em *Éramos Seis*, a focalização é dada nas oligarquias urbanas econômicas, cujos participantes são banqueiros, industriais e comerciantes, e suas ações estão minimizadas e podem ser representadas, por exemplo, pelo Poder de fazer negócios, fazer compras, ter posses. Há, ainda, o participante povo relativo à classe média dominada pelas oligarquias econômicas, em que se insere a família da Dona Lola representada no romance no contexto local.

Identifica-se uma metáfora textual relativa à vida cotidiana na cidade de São Paulo representada pela família que tem relações associadas com o Capitalismo X Socialismo, no panorama internacional, e com a Ditadura X República, no panorama nacional.

Para Maingueneau (1996), o mundo *real*, que a obra pretende representar como um mundo exterior a ela própria, é de fato acessível pelo fato “mundo construído pela obra”. O *mundo da obra* deve ser lido nos dois sentidos: como o mundo representado pela obra e como o mundo que ela constrói por sua clausura. Longe de ser visado por um discurso transparente, o mundo é, portanto, *imitado* por esse próprio discurso. A obra, de certo modo, deve ser o universo que supostamente representa. É representando-se que o texto pode representar; sendo as propriedades destinadas ao mundo representado as mesmas que o discurso representa para si. A obra revela um mundo por meio da matéria de sua enunciação; num mesmo movimento, essa enunciação institui esse mundo e mantém um discurso oblíquo sobre ele, por sua própria maneira de dizer.

Maingueneau refere-se, ainda, ao discurso literário como marcado por um metadiscurso em que o Poder e o Controle são representados pelas classes críticas.

Nesse sentido, pode-se considerar que a construção do fato, para o leitor, é uma prática institucional que, em termos de produção, se define por atividades e/ou interações do escritor e das classes críticas no contexto-cenário. Este se define pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), Secretaria da Cultura, Editoração, entre outros, em que se incluem os grupos participantes da Semana de Arte Moderna que, a partir de 1922, estabeleceram as normas para o mundo das artes. E a pesquisa realizada não identificou a produção da Senhora Leandro Dupré, no rol das obras modernistas consideradas de prestígio.

### **Uma breve síntese**

O estudo realizado buscou verificar a função/o papel da Semana de Arte Moderna no estabelecimento de critérios para determinar caminhos para o universo das artes, no Brasil, especialmente para a literatura, cuja proposta central está apoiada num ideal nacionalista, com espírito crítico, inovador, voltado para a realidade do cotidiano do povo.

Tendo por base esse ideal nacionalista, os reflexos da Semana permitem indagar por que algumas obras, que focalizaram temas genuinamente nacionais, com personagens próximos do real do povo, com experiências que retratam o cotidiano e se intertextualizam com fatos históricos registrados na História nacional e regional, não integram os compêndios clássicos de prestígio, como os divulgados, por exemplo, nos exames de vestibulares e, por consequência, indicados para leitura de jovens estudantes.

Os resultados obtidos permitem considerar que a obra da Senhora Leandro Dupré apresenta um regionalismo muito particular, centralizado e não condizente com a expectativa das classes críticas – o Poder – representantes dos ideais dos grupos organizadores e seguidores – o Controle e o Acesso – da Semana de Arte Moderna.

No contexto global do romance, o participante povo é representado pela classe média dominada pelas oligarquias econômicas paulistas. Nesta categoria, insere-se a família da Dona Lola, no contexto local, responsável por protagonizar a construção de uma metáfora textual relativa à vida cotidiana da cidade de São Paulo, tendo por pano de fundo a Revolução Constitucionalista Paulista. A

metáfora construída por esse núcleo familiar tem, ainda, relações associadas com o Capitalismo X Socialismo, no panorama internacional, e com a Ditadura X República, no panorama nacional.

Em suma, os ideais da Semana de Arte Moderna em confronto com o romance analisado em busca de compreender o seu lugar entre as obras de prestígio no Modernismo permitem compreender que o discurso da literatura reflete as crenças gerais e específicas de um grupo social, segundo um modelo mental de um mundo possível, pelo marco das cognições sociais da época, revelando um contexto social marcado, ideologicamente, pelo conflito – Capitalismo X Socialismo. Essas ideologias em conflito propiciam identificar os grupos sociais que têm o Poder de determinar aqueles que fazem parte de seus grupos, em nome de um ideal, ou seja, o grupo de fazendeiros cafeicultores, o grupo econômico do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café (IPDPC), o grupo político dos getulistas que estavam no Poder na época, os quais tinham por intenção promover, no exterior, a venda da carne salgado do Rio Grande do Sul.

### Referências

BAKTHIN, Mikhail. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura brasileira*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

COSTA, Marta M. da; FARIA, João Roberto G. de; BERNARDI, Rosse M.; GUIMARÃES, Denise A. D.; WEINHARDT, Marilene. *Estudos sobre o Modernismo*. Curitiba: Criar, 1982.

DUPRÉ, Maria José L. *Éramos Seis*. 25. ed. São Paulo: Ática, 1982.

FAIRCLOUGH, Norman; WOODAK, Ruth. Analisis Critico del Discurso. In: VAN DIJK. T. A. (org.) *El discurso como interacción social – estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco M. *Literatura brasileira*. São Paulo: ática, 1988.

LIMA, Ébion. *Literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Salesiana, 1965.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos da linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROGEL, Samuel. *Manual de teoria literária*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANCHES, Ana María A. *El relato de los hechos*. Argentina: Beatriz Viterbo, 1992.

SELLAN, Aparecida. R. B. *Cognição, Discurso e Sociedade: aspectos da identidade cultural do paulista e os descaminhos da Revolução de 1932*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

VAN DIJK. Teun. Adrianos. (org.) *El discurso como interacción social – estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 5. ed. Publicações Europa-América, s.l., s.d. São Paulo, 2019.

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267